



NOWELL, Charles (1904; Fresno, 1984)

O historiador norte-americano Charles E. Nowell, autor de duas histórias de Portugal, nasceu em 1904. Infelizmente, nada sabemos sobre a sua vida pessoal. Academicamente, o seu percurso iniciou-se na Leland Stanford University, onde obteve tanto o bacharelato como o mestrado. Doutorou-se em seguida pela University of California, em Berkeley, onde teve por mentor o célebre historiador Herbert Bolton. Lecionou em três universidades: San Diego State University, Fresno State University e finalmente na University of Illinois, em cujo departamento de história se manteve entre 1942 e 1969, passando depois a ser professor emérito. O seu trabalho historiográfico inseriu-se nos campos alargados da história latino-americana, história ibérica e história da expansão europeia (ou “história dos Descobrimentos”), áreas em que teve oportunidade de abordar a história de Portugal. Publicou um grande número de artigos e cinco livros sobre estas temáticas. Contribuiu também, na qualidade de editor, para uma obra coletiva sobre historiografia, publicada em 1967, redigindo o capítulo sobre as historiografias espanhola, italiana e portuguesa no séc. XX, no qual elogia Fortunato de Almeida, Damião Peres, David Lopes, os irmãos Cortesão e Fontoura da Costa, entre outros. Foi membro da American Association of University Professors e da American Historical Association.

Numa primeira fase, nas décadas de 1930 e 1940, Nowell dedicou-se sobretudo à “Era das Descobertas”, escrevendo numerosos artigos, na sua maioria de curta dimensão, sobre navegadores como Colombo e Magalhães (viria a editar e publicar os relatos da viagem deste último) e tópicos como o Tratado de Tordesilhas, a data da chegada ao Brasil e a primazia da *descoberta* do continente americano, tomando ocasionalmente partido nas controvérsias que atravessavam tais assuntos. Dedicou-se também extensivamente às resenhas de obras históricas, dentro da mesma área, para várias revistas científicas.

Nowell publicou duas histórias de Portugal, a primeira em 1952 e a segunda em 1973. O conteúdo de ambas não difere substancialmente, à parte cobrir na segunda os vinte anos que o distanciam já da primeira. Trata-se de obras de divulgação para o público americano não-entendido, algo que o próprio Autor reconhece na introdução ao livro de 1973, não apresentando aspetos particularmente inovadores. Baseia-se sobretudo nas histórias de Portugal de Fortunato de Almeida e de Damião Peres, que cita amplamente, ao lado de outras obras de historiadores portugueses (tão diversos como João de Ameal e Vitorino Magalhães Godinho) e estrangeiros (como Harold Livermore, Samuel Morrison e Bailey Diffie) e de fontes primárias e relatos de época (como os de Rui de Pina e João de Barros). A sua narrativa é primariamente política, sem deixar de incluir elementos económicos, sociais e culturais. É notória uma recorrente tentativa de identificar os grupos sociais (designados por “classes”) e interesses por detrás dos conflitos e movimentações históricas, mais vincada na segunda obra. Na opinião deste Autor, a história dos países pequenos é particularmente instrutiva e rica em lições, o que justifica o seu estudo. Portugal terá cometido ao longo da sua história um grande número de “erros”. Ainda assim, e embora as suas maiores glórias sejam passadas, o norte-americano nega que os portugueses sejam um povo decadente.

Em ambos os livros, o historiador é sucinto no seu relato da primeira dinastia portuguesa, saltando



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

alguns reinados e tratando outros com brevidade, embora considere que a história deste período se resume à história dos seus monarcas. A causa por detrás da fundação nacional não é algo que o preocupe, sumariando apenas a diferença de opiniões sobre o tema e concluindo que a nacionalidade deve mais à história e ao “sentimento” do que a demarcações geográficas ou linguísticas. Menospreza o papel das Cortes e dos representantes concelhios nelas presentes. Já a crise de 1383-85 merece-lhe mais destaque, vendo-a como a prova de uma consciência nacional precocemente desenvolvida e como um ponto de partida para a transformação de Portugal, conduzido pela Casa de Avis a uma renovação da nobreza (com base na “burguesia” que apoiou D. João I), ao absolutismo régio e à expansão ultramarina.

A época da expansão desperta claramente o maior interesse deste historiador, que a trata também nos artigos acima mencionados e no capítulo dedicado aos portugueses da sua obra sobre os primeiros “impérios coloniais” (publicada em 1966). Aqui, assume no geral uma postura laudatória dos feitos portugueses e do papel que tiveram na história mundial, salientando os contributos para o conhecimento do mundo que resultaram das suas viagens. Como motores iniciais das “descobertas” identifica o ímpeto cruzadístico, a motivação económica (busca de ouro), a impossibilidade de expansão fronteiriça na Península e a “energia acumulada” do povo português no período anterior.

Se, contudo, a capacidade náutica portuguesa lhe permitiu um papel pioneiro nos “Descobrimientos”, o Autor considera igualmente que o nosso era um país *inadequado* para a empreitada imperial, já que lhe faltava uma classe média comercial e bancária forte, que pudesse suportar os custos elevados de um tal esforço, impossíveis para a Coroa sozinha. Nowell vê na expulsão dos judeus sob D. Manuel I uma razão acrescida para essa ausência. Aponta também outras causas para o declínio que se seguiu à época áurea expansionista, como o uso de escravos africanos na agricultura portuguesa, a “convivência racial” na Ásia e a inevitável competição de potências mais fortes e aptas ao domínio de impérios. Na expansão o historiador encontra (numa linha não particularmente original) a causa do esgotamento das energias nacionais portuguesas que levou à posterior estagnação do país – da qual este ainda não teria, afirma, recuperado.

O relato dos séculos seguintes, da União Ibérica ao Estado Novo, é também razoavelmente detalhado, em especial no tocante ao séc. XIX. Particular destaque é dado a aspetos que se relacionem com a história do Brasil. O Tratado de Methuen é defendido como tendo sido benéfico para Portugal. O Autor não vê favoravelmente os liberais portugueses ou qualquer um dos vários textos constitucionais oitocentistas, embora critique com maior veemência a façção miguelista. Aponta ocasionais pontos positivos (a abolição da escravatura, por exemplo), mas no geral considera o parlamentarismo português como um regime pautado pelo insucesso, além de negativamente influenciado pela Maçonaria. Igual ou pior crítica tece à Primeira República, não acreditando que a sua implantação tenha resultado de qualquer vontade popular nem que tenha obtido resultados construtivos. Quanto ao Estado Novo, evita tacitamente pronunciar-se, afirmando que serão os vindouros a julgá-lo, e limita-se sobretudo à descrição dos acontecimentos.

Em termos de figuras históricas individuais, Nowell tem com frequência opiniões bem marcadas. É elogioso do Infante D. Henrique (sem deixar, porém, de realçar que não foi ele o responsável pelo projeto de atingir a Índia), mas é ao seu irmão D. Pedro que atribui maior mérito pelo começo da expansão ao longo da costa africana. Revela igualmente apreço por D. João II, D. João III e Camões. Em contrapartida, é muito crítico de Vasco da Gama, que descreve, não obstante a importância histórica da sua viagem, como um indivíduo



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

ignorante e violento, e não simpatiza com D. Sebastião. Se louva, talvez surpreendentemente, o rei D. João V, desagrada-lhe a figura do Marquês de Pombal. Não se limita a enfatizar os atos cruéis e despóticos do ministro, mas coloca também em causa as suas alegadas capacidades como governante e economista, declarando que as suas medidas para desenvolver o país falharam. Elogia alguns políticos liberais como Andrade Corvo, Pinheiro Chagas e João Franco. Finalmente, reconhece a Salazar mérito por ter obtido décadas de governo “funcional” para Portugal, julgando, todavia, que o ditador se manteve no poder por demasiado tempo, e deposita esperança em Marcelo Caetano e no seu governo (esta última consideração, claro está, apenas na obra de 1973).

Nestas histórias mais alargadas, especialmente na segunda, o historiador dedica algumas páginas a outro tema do seu interesse, o imperialismo português oitocentista em África, sobre o qual escrevera já um artigo, em 1947. Volta ao tópico, explorando mais a fundo uma das suas facetas, em 1982, com *The Rose-Colored Map: Portugal's attempt to build an African empire from the Atlantic to the Indian Ocean*. Em comparação com os seus trabalhos de carácter geral, esta obra faz uso mais amplo de fontes primárias. Nela, o Autor afirma inovar em relação à bibliografia anterior sobre o Mapa-cor-de-rosa (cita especificamente os trabalhos de James Duffy, Richard Hammond e Eric Axelson) ao deslocar o foco principal, da diplomacia europeia para as tentativas de penetração e ocupação do interior africano. De facto, expedições como as de Brito Capelo, Roberto Ivens e Serpa Pinto, entre outras, são minuciosamente descritas, enunciando as áreas por elas cartografadas, as observações científicas, os tratados com líderes locais e até os percalços do dia-a-dia. O objetivo primário de Nowell é demonstrar que a criação de um corredor português costa-a-costa foi consistentemente uma política dos governos liberais antes e durante o período da “corrida a África” europeia e que, ainda que não tenha sido estabelecida uma presença portuguesa efetiva no espaço entre Angola e Moçambique, foram dados nesse sentido passos não insignificantes. Na opinião deste Autor, a posição portuguesa em África enfrentava grandes dificuldades (sendo a maior de todas a falta de investimento por privados), mas não era tão desvantajosa como veio a ser posteriormente afirmado. A hostilidade do primeiro-ministro britânico Salisbury e dos britânicos no geral para com Portugal é algo criticada, e os políticos e agentes portugueses que procuraram concretizar o Mapa-cor-de-rosa elogiados pelo seu patriotismo e valor. Esse patriotismo e o “orgulho nacional” são representados como os principais motores dos projetos portugueses de colonização africana.

Verificamos, portanto, uma certa oposição por parte deste Autor à postura historiográfica, relativamente generalizada, segundo a qual a penetração de Portugal no interior africano pouco mais era do que uma ficção, construída pelos ideólogos coloniais para impedir que outras potências ocupassem esses territórios. Reconhecendo embora que os resultados foram limitados, Nowell coloca o foco na estratégia que efetivamente existiu e foi tentada e nas consequências desta – tanto para a “exploração” de África como para a ocupação do que se tornou um duradouro império africano português no séc. XX.

Charles Nowell morreu em 1984, em Fresno, na Califórnia. Em sua honra, o College of Liberal Arts and Sciences da University of Illinois estabeleceu uma cadeira de história Charles E. Nowell.

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Bibliografia ativa

NOWELL, Charles E., *A History of Portugal*, Nova Iorque, D. Van Nostrand Company, 1952; *The Great Discoveries and the First Colonial Empires*, Ithaca (Nova Iorque), Cornell University Press, 1954; (ed.) *Magellan's Voyage Around the World: Three Contemporary Accounts*, Evanston, Northwestern University Press, 1962; *Portugal*, Nova Jérícia, Prentice Hall, 1973; *The Rose-Colored Map: Portugal's attempt to build an African empire from the Atlantic to the Indian Ocean*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1982.

Bibliografia passiva

SIMMONS, Charles W., "Charles E. Nowell (1904-1984)", *Hispanic American Historical Review*, 1987, 67 (3), pp. 497-498.

Tiago Seixas dos Santos



SUPPORTED BY:

